

Dissertação de mestrado¹

LOBO², Lidiane Barros. **“Quem manda na escola pública?” Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu – RJ entre 1964 e 1988.** 2019. 130p. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ), Duque de Caxias, 2019.

Resumo expandido

Este trabalho constitui um resumo da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2017 e 2019 no Programa de Pós Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FEBF). Estabelecendo como marco temporal o período entre a deflagração do golpe que instaurou a Ditadura Civil Militar no Brasil, em 1964, até a Promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, buscou-se compreender de que forma as modificações no cenário político nacional impactaram o local, por meio da materialidade das políticas públicas implementadas, da identificação dos diversos atores sociais e as relações entre os diferentes grupos. Dessa forma, ensejamos identificar não apenas a concretude das ações governamentais no contexto de um regime militar, mas também os processos de luta e resistência, destacando as experiências de alfabetização de jovens e adultos trabalhadores realizadas pelos movimentos populares, no território abordado.

A investigação histórica sobre os processos educacionais e o direito à educação nos municípios da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, constituem-se ainda um campo pouco explorado nas produções acadêmicas. A busca bibliográfica realizada sobre o tema confirmou esse dado, levando-nos a estabelecer como

¹ Resumo recebido em 14/07/2021. Aprovado pelos editores em 17/07/2021. Publicado em 11/11/2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i40.50838>

² Lidiane Barros Lobo é professora da Rede Municipal de Nova Iguaçu, Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FEBF) e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). E-mail: lidlobo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9538670291193852>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1089-3485>

metodologia a realização de entrevistas com diferentes atores sociais, assim como a análise de documentos oficiais (municipais e federais) e periódicos da época.

Cenário político, educacional e a ideologia do regime militar

O cenário de um país mergulhado em uma ditadura civil-militar, durante a década de 1960, representou, em nível local, generalidades características de nossa inserção enquanto periferia nas relações do capital, e particularidades resultantes do processo de constituição das relações políticas na Baixada Fluminense, no contexto do capitalismo dependente (FERNANDES, 1975).

A partir de 1964 e durante os primeiros anos da instauração do novo regime político, as movimentações, tanto no Legislativo quanto no Executivo do município de Nova Iguaçu, objetivaram adequar a cidade ao quadro situacionista. Entre a instituição do golpe e o ano de 1988, registraram-se dezesseis prefeitos, sendo que onze apenas entre 1964 e 1975 (BATISTA, 2014), indicando a grande rotatividade de ocupantes do cargo de prefeito – entre renúncias, cassações e interventorias. Porém, essa rotatividade não se manifestou para a indicação dos cargos no campo educacional. A pesquisa mostra que, em geral, os indicados possuíam relações orgânicas com o campo dominante, sejam estas no campo político ou mesmo familiar.

As principais substituições identificadas foram motivadas pela ascensão do substituído (saindo da direção de escola para ocupar a chefia de Departamento/Secretaria Municipal; candidatura ao Legislativo/Executivo). Tal procedimento indica que essas escolhas sobreporiam a existência de critérios técnicos, prevalecendo a adesão a um determinado campo político e eleitoral.

As duas principais escolas públicas de Nova Iguaçu – Colégio Monteiro Lobato e Instituto de Educação (IE) – foram exemplos da grande incidência das ações do regime, indicando que a educação foi campo estratégico para a consolidação da ideologia dominante. Vejamos alguns exemplos: em agosto de 1964, o professor Simão Sessim foi indicado para assumir a direção do IE. Em 1969, passou a chefiar o Departamento de Educação (o equivalente ao cargo de Secretário Municipal) e, no ano seguinte, assumiu a chefia de gabinete do prefeito Ruy de Queiroz. Sessim pertence à família Sessim/David, grupo político que despontou no início da década de

1960, no Rio de Janeiro, conhecido também pela sua associação ao jogo do bicho e às escolas de samba.

A atuação em colégios na cidade de Nova Iguaçu como professor e diretor de unidade está relacionada diretamente ao predomínio de um grupo político ligado aos membros da família Abraão/David da cidade de Nilópolis. Deputado Jorge David é quem controlava as indicações no Instituto de Educação Rangel Pestana, utilizando-as para fortalecer seu grupo político e ampliar sua base eleitoral para outras regiões além do pequeno município de Nilópolis. (BATISTA, 2016, p. 132).

Outro caso a ser destacado é o da professora Dilma Ignez Cardoso, que atuou como professora do Instituto de Educação juntamente com Sessim. Anos depois, tornou-se diretora do Colégio Monteiro Lobato, substituindo o professor Ruy de Queiroz, que assumiu a interventoria municipal. Foi durante a gestão da professora Dilma que aconteceram as homenagens ao 6º aniversário da Revolução, com a presença do Interventor Municipal, do deputado Jorge David e do Major Ênio Lacerda, então Comandante da Vila Militar, substituto do Capitão Zamith, marido de Dilma. A direção do Instituto de Educação de Nova Iguaçu foi ocupada por dois interventores/prefeitos: além de Ruy de Queiroz (vice-diretor), Joaquim de Freitas também ocupou o cargo.

A partir da década de 1970, as mudanças estruturais começaram a tomar corpo na administração municipal, previstas pelo Ato Institucional nº 8 (AI-8), que atribuía aos “Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a 200 mil habitantes competência para realizar, por decreto, a respectiva reforma administrativa” (BRASIL, 1969).

Para Harvey (2005), esse período se caracteriza pelo aprofundamento do neoliberalismo nas economias centrais, que se instituiu como projeto político das classes dominantes. Com isso, projetou-se aos países capitalistas dependentes uma série de orientações para a adequação à organização do capital internacional. Um conjunto de legislações foi implementado a fim de garantir mudanças na organização do Estado, a partir da nova configuração do capitalismo internacional.

Assim, destacamos a criação das Secretarias Municipais em substituição aos Departamentos, do Fundo Municipal de Educação e Cultura (FUMEC) e da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG). Sobre a última citada, um de seus objetivos constituía no financiamento de bolsas de estudo em instituições privadas.

Não seria coincidência o fato de os indicados à Secretaria de Educação e à Presidência da FENIG terem vínculos com as escolas particulares.

As afirmações feitas por Cunha (2002) em relação ao caráter privatista das legislações educacionais da Ditadura Militar encontram materialidade nas ações locais fundamentalmente sob forma de isenções fiscais para instituições de ensino particulares, transformadas em bolsas de estudos e alçadas à condição de moeda de troca entre políticos, empresários e a população da cidade.

Vitorioso o golpe de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação, aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino deveriam ser transferidas às escolas particulares que, então, se encarregariam da escolarização das crianças e dos jovens. Só onde a iniciativa particular não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda.

Sendo assim, os exemplos de concessões a essas unidades não tardariam a aparecer, colocando a Baixada Fluminense no centro de um escândalo nacional de desvios de recursos públicos. Esse fato relaciona-se à sistemática atuação dos setores privatistas que atuavam no campo da educação.

Década de 1980: o ressurgimento dos movimentos populares

A década de 1980 sinaliza o aparecimento de forças sociais de oposição, vinculadas aos movimentos de bairros, aos movimentos docentes e estudantis e, fundamentalmente, aos da igreja católica. A Diocese de Nova Iguaçu, durante o bispado de Dom Adriano Hipólito, se estabeleceu como importante espaço de articulação e aglutinação de militantes e moradores da Baixada Fluminense em torno das pautas populares. A educação e o saneamento estiveram como pontos prioritários das pautas de reivindicações destes setores. Neste período, apresentaram-se modificações no campo da institucionalidade, alterando as configurações tanto na Câmara quanto no Executivo Municipal.

Assim, merecem destaque as experiências de alfabetização de jovens e adultos promovidas a partir dos convênios entre as Associações de Moradores (AM), a Diocese de Nova Iguaçu e a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e

Adultos (EDUCAR), que veio a substituir o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no fim da ditadura. Contando com o financiamento de organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o projeto chegou a atingir cerca de 7 mil alunos no município, em turmas organizadas nas sedes das AM's e das igrejas católicas. As entrevistas indicam as visitas feitas por Paulo Freire para o acompanhamento desse trabalho. Outro indicador da dimensão que os convênios adquiriram foi a menção honrosa a Nadejda Krupskaja, dada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em uma disputa com 156 países, no ano de 1988.

Se nos anos iniciais da Ditadura civil-militar a conjuntura indicava um perfil mais autoritário da forma de atuação do Estado, no período de abertura política é possível identificar com muita nitidez as acomodações necessárias.

É importante destacar que as experiências de educação de jovens e adultos, assim como as primeiras creches municipais, conquistadas no mesmo período, inserem-se no bojo da articulação de militantes, homens e mulheres da Baixada Fluminense, que viam no enfrentamento ao regime autoritário não apenas a resistência cotidiana, mas a disputa por um projeto de sociedade. A luta pelo direito à educação inseriu-se nessa perspectiva.

Referências

BRASIL. **Ato Institucional número 08**, de 02 de abril de 1969. Atribui competência ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes, para realizar, por decreto, a respectiva reforma administrativa, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-08-69.htm. Acesso em 19 de junho de 2021.

BATISTA, Allofs Daniel. Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista In: SALES, J. FORTES, A. (orgs) **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p.129.

_____. **Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)**. 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.